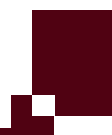


“Fiquei com abuso dele”: conversas com mulheres em situação de violência em Apodi/RN

I WAS ABUSED BY HIM: CONVERSATIONS IN WOMEN SITUATIONS OF VIOLENCE IN APODI/RN

Priscila Vieira Ferreira¹
<http://orcid.org/0000-0003-2894-9819>

Lore Fortes²
<http://orcid.org/0000-0001-5784-4333>



RESUMO

A partir da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Apodi/RN, este artigo traz conversas com mulheres na forma de Discurso do Sujeito Coletivo, técnica de análise de dados que busca compreender como as representações individuais refletem as representações coletivas, reunidas de modo a expressar o que pensa a coletividade. Reproduzidas nas falas dos atores sociais pela sua agregação e categorização a ferramenta possibilita o entendimento da realidade investigada, compreendendo as práticas sociais como um jogo social, no qual as representações coletivas revelam as maneiras de agir e de pensar de cada pessoa. Assim, foi possível concluir que os discursos dominantes de gênero atuam nas relações de poder e compõem os elementos que legitimam e naturalizam a violência de gênero.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Discursos; Representações Sociais; Discurso do Sujeito Coletivo.

ABSTRACT

This article is part of the work of the dissertation research developed with women in situations of gender violence, in the city of Apodi/RN in 2016 and 2017. Based on semi-structured interviews, this article brings conversations with women in the form

¹ É Escrivã de Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente”. Tem especialização em Ciências Criminais (PCU/Minas) e graduação em Ciências Sociais (UFRN).

² É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCSUFRN), coordenadora do grupo de pesquisa do CNPq Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Tem Pós-Doutorado pelo CSIS Espanha. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB).

Discourse of Collective Subject, a data analysis technique that seeks to understand how individual representations reflect collective representations, gathered in order to express what the collectivity thinks. Reproduced in the speeches of social actors by their aggregations and categorization, the tool enables the understanding of the investigated reality, understanding social practices as a social game where collective representations reveal each person's ways of acting and thinking. Thus, it was possible to conclude that the dominant gender discourses act in power relations and compose the elements that legitimize and naturalize gender violence.

Keywords: Gender Violence; Discourses; Social Representations; Collective Subject's Discourse.

INTRODUÇÃO

Bastante recorrente na sociedade brasileira a questão da violência de gênero está enraizada nos processos sociais, históricos e culturais que estruturam as relações pessoais e sociais entre homens e mulheres, resultando em atos de violência que colocam o Brasil na 5ª posição do *ranking* mundial, em número de crimes cometidos contra as mulheres quando comparado com outros oitenta e três países (FRAGOSA, 2018).

O relatório de 2018 apresentado no Atlas da Violência pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que 16 milhões de mulheres no Brasil com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência, e quando se refere ao autor da violência, o relatório aponta que 76,4% das mulheres indicaram que conheciam seu agressor e que o ato violento teria ocorrido dentro de casa, foram 42%. Quando perguntadas se procuraram uma delegacia para prestar queixa, apenas 10% das mulheres entrevistadas responderam que sim.

Em relação aos dados da violência de gênero no estado do Rio Grande do Norte (RN), também encontramos números preocupantes. O anuário de 2018, apresentado pelo FBSP revelou que 149 mulheres foram mortas em 2017, sendo 23 casos registrados como feminicídio, crime definido como assassinato de mulheres em razão do gênero. Esses dados colocaram o RN entre os quatro estados mais violentos do país no ano de 2017, segundo a pesquisa.

O presente artigo se propõe a apresentar os resultados de uma pesquisa de campo realizada com dez mulheres em situação de violência na cidade de Apodi, localizada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte.

Metodologicamente a pesquisa foi dividida em duas fases: a fase exploratória e a fase de campo. A fase exploratória incluiu leitura de artigos publicados em revistas, além de teses, dissertações e livros, buscando compreender e relacionar os conceitos e teorias sobre o tema em foco; a pesquisa documental foi realizada a partir da escolha de inquéritos policiais e processos judiciais, registrados entre os anos de 2016 e 2017, na Vara Criminal de Apodi/RN, que tratavam de crimes oriundos de violência de gênero,

cometido contra mulheres no âmbito doméstico e familiar e a caracterização do campo, a partir da preparação da documentação para realizar a pesquisa, junto com a elaboração de um roteiro de entrevista.

Na fase de campo, foram tratadas as entrevistas semiestruturadas com mulheres e situação de violência de gênero, bem como a ordenação, classificação e análise dos dados, utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A escolha do DSC se deu por se tratar de uma técnica que busca a identificação das representações sociais dos agentes em suas práticas sociais individuais orientadas pelo *habitus*, enquanto esquema cognitivo (BARBOSA, 2014; BOURDIEU, 2018), e por se tratar de uma ferramenta que utiliza o método qualitativo de análise do discurso que está revestido de signos e se torna visível pelas palavras (FOUCAULT, 2014), representando, assim, a dimensão simbólica, com ênfase na percepção dos entrevistados sobre o tema.

Por meio do DSC, buscou-se compreender como as representações individuais refletem as representações coletivas, reunidas de modo a expressar o que pensa aquele pequeno grupo de mulheres em relação a um determinado tema, separado em categorias de análise. Como técnica de análise, identifica as opiniões expressas e captura as múltiplas dimensões que lhe são constitutivas, reproduzidas nas falas dos atores sociais pela sua agregação e categorização (BEZERRA; FORTES, 2018).

Assim, o DSC permite obter dados quantitativos da fala de um sujeito, buscando a aproximação e o entendimento da realidade investigada, compreendendo as práticas sociais como um jogo social, no qual as representações coletivas revelam as maneiras de agir e de pensar de cada pessoa que, por sua vez, é influenciada pela realidade exterior (BEZERRA; FORTES, 2018).

Baseado nisso, Silva (2018) afirma que o DSC é um instrumento de resgate das representações sociais, como uma reconstrução do pensamento social enquanto depoimento coletivo, levando a uma dimensão objetiva e subjetiva na composição da realidade social humana. Dessa forma, favorece novas possibilidades de diálogos, entre “o todo e as partes, entre a síntese e a análise, entre o paradigma e o sintagma, entre o qualitativo e o quantitativo” (SILVA, 2018, p. 72).

Explicam Lefevre e Lefevre (2006) que, enquanto técnica de pesquisa empírica, o DSC tem como objeto o pensamento das coletividades e permite iluminar o campo social da pesquisa, através do resgate das diferenças e semelhanças entre as visões dos sujeitos coletivos.

Como sistemática, o DSC compreende os seguintes níveis: 1) produção individual das representações sociais (entrevistas); 2) produção coletiva das representações sociais e 3) a interpretação das representações sociais, através da análise e discussão das evidências que constituem os discursos dos sujeitos.

Outro argumento que contribuiu para a escolha do DSC como técnica de análise e coleta de dados é que esta ferramenta permite a preservação total e o sigilo acerca da identidade dos entrevistados, utilizando a dimensão quantiqualitativa para coleta, organização e análise dos dados. Na medida em que reúne trechos das falas dos entrevistados,

intituladas expressões-chave, de modo a apresentar na primeira pessoa do singular, como se fosse uma pessoa representando aquele grupo de pessoas, não se pode identificar os entrevistados individualmente.

Os sujeitos vão aparecer com trechos de suas falas individuais no discurso coletivo, aqui chamado de Discurso do Sujeito Coletivo. Assim, as representações sociais reveladas por suas falas se manifestam coletivamente através do DSC, como resgate da linguagem e do pensamento das ações do mundo cotidiano (BEZERRA; FORTES, 2018), constitui uma qualidade e uma quantidade coletiva.

Em suma, a proposta da utilização da técnica analítica do DSC visa unir os métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa social atribuindo à experiência humana valores mensuráveis através do raciocínio dedutivo e pretende conhecer os argumentos, os significados das experiências, os símbolos justapostos nos valores e padrões dos atores envolvidos.

A partir da técnica do DSC, foi utilizado o Programa DSCSoft *software* para o tratamento dos dados. Trata-se de um programa elaborado pela Sales e Paschoal Informática, desenvolvido através da parceria com a Universidade de São Paulo (USP), e a Faculdade de Saúde Pública, que teve como pesquisadores responsáveis e criadores da técnica os professores Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre (2010).

Uma vez estabelecidas as categorias de análise, a técnica do DSC propõe a identificação das opiniões expressas individualmente pelas representações sociais dos sujeitos sociais e suas práticas na sociedade, permitindo visualizar as representações sociais individuais, reunidas de maneira a expressar o que pensa uma coletividade, e assim, capturar as múltiplas dimensões que lhe são constitutivas, articulando o método qualitativo de análise do discurso que permite obter dados quantitativos da fala de um sujeito.

Por meio de entrevistas, são selecionadas as expressões-chave, que são os segmentos de cada depoimento que melhor descrevem o conteúdo. Em seguida, são identificadas as Ideias Centrais, juntamente com as Ancoragens, que agrupadas irão expressar uma soma qualitativa dos discursos individuais (LEFEVRE; LEFEVRE, 2010). O objetivo da operação é obter informações qualitativas sobre as representações sociais da coletividade, efetuando-se a análise das sínteses.

Com o propósito de viabilizar a coleta de dados, foi desenvolvido um questionário dividido em duas partes elaborado de modo a apresentar para cada questão seu respectivo objetivo. A primeira parte do questionário contém em suas questões as informações para a identificação do perfil das mulheres entrevistadas.

A partir destas reflexões iniciais, foi possível perceber que seria necessário conhecer as características do fato criminoso ocorrido, bem como conhecer o contexto geral sobre os relacionamentos em que estavam envolvidas, trazendo ao escopo do trabalho categorias sociais, econômicas, familiares e principalmente as relações de gênero.

Após a elaboração do questionário, o próximo passo foi a coleta de dados junto aos Inquéritos Policiais (IPs) que apuravam crimes cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, instaurados na Delegacia Municipal de Apodi/RN. Em seguida, foi realizado um levantamento dos processos judiciais que tramitavam na Vara

Criminal de Apodi/RN entre os anos de 2016 e 2017 e que já haviam sido julgados, relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e com as respectivas mulheres em situação de violência.

Tabela 1: Ocorrências na Delegacia Municipal de Apodi/RN – 2016/2017

Delegacia Municipal de Apodi			
Ano/Ocorrências	Boletins de Ocorrências	Inquéritos Policiais	Processos
2016	27	20	22
2017	47	18	20
Total	74	38	42

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, Priscila Vieira Ferreira, a partir do levantamento das ocorrências registradas na Delegacia de Apodi/RN (2018/2019).

Estes dados compõem o conjunto de informações coletadas entre os meses de outubro de 2018 a março de 2019, quando foram realizadas vinte entrevistas em Apodi/RN. Sendo inicialmente entrevistados os homens autores de violência de gênero e as mulheres e ex-mulheres destes homens, que são as interlocutoras desta pesquisa.

Os dados mostravam a diminuição no número de boletins de ocorrências registrados naquela unidade policial, mas não significa dizer, no entanto, que houve uma diminuição no número de casos ocorridos, uma vez que muitas mulheres deixam de prestar queixa.

Estabelecidas e apresentadas as ferramentas da pesquisa, seguimos para conhecer as interlocutoras completando os elementos etnográficos, de modo que se propõem realizar um diálogo entre as estruturas conceituais, os discursos, as observações e descrições coletadas em campo para a elaboração de uma análise capaz de interpretar as informações obtidas, buscando atribuir significações às representações e práticas das sujeitas envolvidas.

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Este tópico é dedicado à realização da caracterização das entrevistadas, no qual apresentamos o perfil das mulheres que estiveram envolvidas em situações de violência de gênero na cidade de Apodi/RN.

A utilização da entrevista como ferramenta de comunicação e de coleta de dados teve como objetivo reunir informações favoráveis ao objeto da pesquisa. Do tipo semiestruturada, combinou perguntas fechadas e abertas, através das quais as entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender necessariamente às

perguntas formuladas, a fim de se alcançar as opiniões, crenças, sentimentos, condutas, de determinados comportamentos e atitudes, estabelecendo uma interação social entre a entrevistada e a entrevistadora.

As entrevistas tiveram início com a coleta de dados referentes aos aspectos gerais de cada mulher entrevistada, como nome, idade, escolaridade, profissão. Em seguida, foram feitas perguntas abertas que buscavam conhecer a estruturação da subjetividade das sujeitas em busca de uma objetividade científica do objeto da pesquisa.

A elaboração do perfil das mulheres entrevistadas auxiliou como forma de observarmos a construção dos papéis de gênero que resultam na promoção de situações de conflitos e de atos de violência doméstica e familiar contra às mulheres.

Observou-se a partir dos dados colhidos que a prisão, no entanto, ainda é entendida como a maneira mais eficiente de punição, de forma que todos os homens que praticaram o crime de lesão corporal foram condenados e apenas nos casos de ameaça, os agressores receberam como punição a pena alternativa, na forma do cumprimento de serviço comunitário.

Tabela 2: Crimes por tipo de pena –
Delegacia Municipal de Apodi/RN – 2016/2017

Crimes	
Lesão (leve)	7
Ameaça	3

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, Priscila Vieira Ferreira, a partir do levantamento das ocorrências registradas na Delegacia de Apodi/RN (2018/2019).

Quanto às entrevistas, ocorreram nas casas das entrevistadas. Alguns dados chamaram a atenção no desenvolvimento do perfil das interlocutoras, entre eles a grande diferença do tempo de relacionamento nos casos analisados. Por exemplo, havia casais que estavam juntos há apenas quatro meses e outro com 27 anos de convivência.

Em todos os casos, no entanto, foram as mulheres que decidiram terminar o relacionamento. Isso demonstra que geralmente têm sido as mulheres quem decidem o momento de mudar suas vidas e sair do ciclo de violência. Além disso, outro dado relevante sobre os relacionamentos dos envolvidos é que em 50% dos casos, o casal já estava separado e nos outros 50% ainda estavam vivendo juntos.

Chama-nos a atenção ainda que entre os casos selecionados para esta pesquisa, 6 ocorreram em via pública, e os outros 4 dentro de casa, o que possibilita pensar que, para além do espaço físico onde a violência é cometida, as dimensões da vida social, público e privada, estão recheadas de conflitos e tensões, reproduzindo as relações sociais hegemônicas que refletem o processo histórico de subordinação da mulher. Mesmo quando

a mulher consegue escapar do ambiente doméstico ao qual ela está literalmente presa e desprotegida, o homem extrapola o espaço das quatro paredes com o objetivo de afirmar sua dominação sobre a mulher, e não apenas sobre ela, mas também contra quem se aproximar dele.

Porém, devemos considerar que, muitas vezes, vizinhos e familiares se recusam em ajudar a mulher, sob a máxima popular de que “em briga de marido e mulher, ninguém se mete”. No entanto, essa “briga” deixou de ser assunto privado, “coisa de casal”, e passou a ser responsabilidade do Estado que deve agir em casos de violência de gênero, seja dentro ou fora de casa.

Os atos de violência de gênero que geralmente permanecem ocultos, escondidos no âmbito das relações familiares têm comumente se caracterizado por um padrão repetitivo, de controle e dominação, estabelecido através da reprodução de papéis sociais em que homens e mulheres desempenham na sociedade e cujos valores estão ligados ao gênero. Por sua vez, estes papéis sociais estabelecem os comportamentos e práticas sociais que perpetuam as práticas abusivas no ambiente familiar, reunindo assim, as condições para o exercício da dominação masculina, o *habitus* da violência (BOURDIEU, 2018), que toma as ruas, os becos, as praças, praias e supermercados. Não há lugar seguro para as mulheres.

Nesse contexto, a violência de gênero é compreendida como uma manifestação radical da relação entre os sexos, em que o homem, por deter o poder do mando, faz valer sua autoridade para exigir, impor, ameaçar, punir, vigiar, e em muitas ocasiões, como as relatadas através das entrevistas, agredirem suas companheiras, ultrapassando o espaço físico do lar, o ambiente doméstico, chegando às vias públicas onde já não é mais possível esconder o fato criminoso.

Quanto à escolaridade das entrevistadas, cinco delas, com orgulho relataram que “terminaram os estudos”, o que significa para elas que completaram o Ensino Médio.

Os dados referentes à profissão e à escolaridade permitiram inferir sobre a importância da educação e do trabalho, especialmente na zona rural, onde estão concentradas parte das interlocutoras. Percebeu-se entre as entrevistadas que todas faziam parte da classe social e econômica mais pobre, sendo dependentes de programas do Governo Federal, como o Bolsa Família, entre outros programas assistenciais disponibilizados pela Prefeitura de Apodi/RN, que representa um grupo de mulheres vivendo em situação de pobreza.

A baixa qualificação inserida em um contexto de pouca demanda de empregos reflete a capacidade de rendimentos das famílias que passam a encontrar dificuldades na manutenção do lar. É importante notar que mesmo apresentando melhor nível de escolaridade as mulheres não estão vinculadas à atividade profissional. Observou-se que a maioria delas tem como principal ocupação as atividades “do lar”, e mesmo assim, durante as entrevistas foi possível perceber o desejo das mulheres de mudar suas vidas, cada uma na sua realidade individual, determinadas a não mais se submeter a qualquer situação de humilhação ou violência.

“FIQUEI COM ABUSO DELE”

A seguir, partimos para análise das falas das sujeitas entrevistadas, quando foi possível conhecer as individualidades objetivas e subjetivas de cada uma e como estas falas estruturam o discurso na construção de gênero, presentes nas relações conjugais entre homens e mulheres em situações de violência de gênero.

Com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pretendeu-se capturar as dimensões que são constitutivas das estruturas mentais que formam a totalidade das falas das entrevistadas e que se manifestam através de suas práticas sociais e dão sentido a suas vidas.

A pesquisa de campo apresentou um grande desafio para o trabalho, de forma que o ambiente socialmente construído revelou diversas complexidades daquilo que o constitui, e justifica o lugar das metodologias qualitativas na produção científica e do fazer científico, que admite a possibilidade de que, partindo de elementos indicativos, seja plausível tornar cognoscíveis os processos sociais, isoladamente e/ou de modo complementar às metodologias quantitativas (BARBOSA, 2014).

Desta forma, a seguir, serão apresentados e comentados os resultados obtidos em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em um discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular composto por expressões-chave organizadas em categorias a partir dos depoimentos colhidos.

Passamos adiante a conhecer os resultados trazidos a partir das entrevistas com as mulheres, momento da pesquisa que revela, inicialmente, os benefícios individuais e coletivos alcançados com o advento da Lei Maria da Penha. A fim de conhecermos melhor o perfil dessas mulheres, coletamos informações que ajudam a descrever o contexto pessoal, social e familiar de cada uma.

Inicialmente, quanto ao nível de escolaridade nos chamou atenção que, mesmo possuindo um grau de escolaridade maior que os homens, a maioria das mulheres entrevistadas não trabalhava ou não tinha profissão, sendo a atividade doméstica a principal ocupação entre elas. A prevalência do trabalho doméstico tem tradicionalmente relacionado a divisão sexual do trabalho como compreensão funcionalista de que a vivência da mulher deve estar vinculada aos afazeres domésticos como forma de inferiorização da mulher.

No entanto, mesmo estando em situação de dependência financeira, elas decidiram romper com o ciclo de violência, buscando mudar suas vidas, como de fato ocorreu. A denúncia, contudo, não significou o fim do sofrimento, como pudemos perceber durante a pesquisa.

A experiência de campo através do contato com mulheres em situação de violência de gênero, seja por ocasião desta pesquisa, seja por ocasião do meu trabalho profissional, permitiu compreender que os papéis sociais marcados pelo gênero estão sendo constantemente reescritos, reconstruídos.

O entendimento que ressalta que os indivíduos nascem em culturas e que são entidades cujo comportamentos estão dados, como resultado de categorias biológicas, dá lugar à compreensão de que os indivíduos são sujeitos multiplamente compostos e não estão

engessados em posições sociais, mas podem agir no mundo social a partir dos discursos e das práticas sociais, como se pode ver a seguir.

Vamos apresentar as questões colocadas às entrevistadas e analisá-las a partir de categorias identificadas em cada uma delas, acompanhadas dos respectivos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) construídos através das falas das entrevistadas e apresentados aqui como se fosse uma sujeita representando aquele coletivo correspondente àquela categoria.

Questão 1 - *Como ocorreu o fato que a levou a denunciar seu companheiro ou ex-companheiro?*

Com o objetivo de “Conhecer o contexto em que ocorreu o crime”, foram colhidos depoimentos que respondem à pergunta acima colocada. As categorias identificadas, seguidas dos resultados em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), são as seguintes:

A - Bebida, agressões, medo e droga;

B - Bebida, agressões, ciúme;

C - Bebida, agressões, ciúme e dano material.

Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A – Bebida, agressões, medo e droga

Nossa relação sempre teve problema, eu não aguentava mais a situação, ele não ajudava em nada, nas atividades domésticas. Às vezes eu chegava em casa e ele não falava nada, de repente vinha e já começava a me agredir. [Ele] saía para beber e quando chegava metia o braço em mim. Eu morria de medo dele, não quis denunciar porque ele ameaçava, fiquei com muito medo porque ele usava drogas e eu não sabia o que ele poderia fazer, fiquei muito assustada, ele veio para cima de mim tentando me matar. As outras agressões foram em casa, mas dessa vez ele perdeu o controle e me bateu no meio da rua [e] fiquei com vários hematomas. Eu acho que ele estava drogado porque ele não escutava ninguém, estava furioso, mesmo assim não fiz a denúncia porque eu tinha medo dele. Foi um relacionamento cheio de brigas e discussões. **DSC, estruturado através dos depoimentos M5, M6, M8, M9.**

Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria B – Bebida, agressões, ciúme

A gente se separou porque ele curtia um ciúme “deu”. Ele era muito ciumento, e nossas brigas eram sempre por causa dos ciúmes dele. Ele me pegou de surpresa, ele veio de repente por trás, me puxou pelos cabelos, arrancando com as mãos. E ele passou a me agredir, me jogou no chão. Ele bebia muito e estava bêbado quando veio me agredir e transtornado porque ele era muito ciumento. Eu me assustei quando vi aquilo acontecendo, minha família insistiu para eu prestar queixa [e] foi comigo para Delegacia. Para mim o defeito dele é o ciúme. **DSC, estruturado através dos depoimentos M2, M4, M10.**

Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria C – Bebida, agressões, ciúme e dano material

A gente teve várias discussões e sempre era o mesmo motivo, a bebida dele, ele veio para cima de mim, me empurrou e me agrediu. Ele chegou a rasgar minhas roupas porque achava muito curta, e fica implicando quando eu corto o cabelo ou faço a sobrancelha. Ele é muito ciumento e fica pior quando bebe. Não gostava quando eu falava com os vizinhos. Naquela noite começou a quebrar o que via pela frente. Ele me ameaçou várias vezes e a última vez ele quebrou tudo e disse que iria tocar fogo na casa. Aí eu não aguentei mais, fui para Delegacia prestar queixa. **DSC, estruturado através dos depoimentos M1, M3, M7.**

Lembrando que a primeira pergunta tratava do fato que as fizeram denunciar a violência sofrida, verificou-se que as três categorias geradas a partir das respostas para essa pergunta, apontam o uso de bebida alcoólica como o elemento comum presente na maioria dos casos escolhidos. Estão presentes nestas três categorias, situações comuns que se repetem nos espaços das microrrelações estabelecidas entre homens e mulheres e que acabam por naturalizar a dominação masculina, da qual ambos padecem.

Quem atua de alguma forma no atendimento às mulheres em situação de violência chega a reconhecer como natural as falas transcritas em forma de DSC. Os contextos que envolvem o uso de bebida alcóolica, agressões, dano material e uso de droga se revelam no aspecto do medo como fator que irá manter a mulher dentro do ciclo de violência por muitos anos, começando no namoro, demonstrando um dos principais elementos de desvantagem do feminino diante do masculino: a força física que representa a forma de dominação e que legitima os padrões e tipos de conflitos (SAFFIOTI, 2013, p. 109).

A violência física está entre as cinco formas de violências mais comuns sofridas pelas mulheres no ambiente doméstico e familiar, descrita no artigo 7º da Lei Maria da Penha que elenca além da violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral. Para Tiburi (2018), no entanto, a forma física da violência é um ato de linguagem e comunicação que manifesta o discurso de ódio dos homens sobre as mulheres e aciona o dispositivo do poder da dominação masculina patriarcal³, poder que se exerce na subjugação do outro, transformando o outro em objeto. De modo que a violência é o fenômeno “sofrido” pelas mulheres, enquanto o poder é o dispositivo “exercido” pelos homens e a violência é o que resta para quem não tem poder, afirma a filósofa.

É comum que muitas mulheres suportem por muitos anos a violência de seus companheiros, até chegar o momento em que elas não suportam mais, prestam queixa ou através de uma terceira pessoa próxima a ela, seja familiar ou amigos, decidem fazer a denúncia, pois é habitual que as mulheres carreguem o pesado fardo da tradição da “subalternidade como reflexo da sua condição feminina” (SAFFIOTI, 2013, p. 132).

Algumas mulheres suportam por muito tempo e, até por toda vida a violência de seus companheiros. São, no dizer de Saffioti (2004, p. 84), codependentes da compulsão do macho. A violência nesses casos se torna inerente à relação. Já outras mulheres expressam capacidade de resiliência, não se deixam abater por condições adversas. Umam apanham e se rebelam; outras não. Algumas denunciam, mesmo que recuem; outras calam. (OSTERNE, 2006, p. 180).

No momento em que a mulher toma a decisão de prestar queixa, ela assume o protagonismo de sua própria história, mesmo sem ter a total consciência sobre isso, ela tem a oportunidade de transformar sua vida, possibilitando que saia da situação de sofrimento em que esteve submetida. Ao prestar queixa, está realizando um movimento contrário àquele que se espera das mulheres de se manter calada e não causar problemas, porque essencialmente é o que se espera das mulheres que carregam o pesado fardo da subalternidade como condição de ser mulher (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres entrevistadas ficaram bastante surpresas com o convite para participarem da pesquisa. Com algumas delas foi necessário um pouco mais de dedicação para conseguir a atenção e a confiança para tratar do assunto. Algumas por timidez, outras por desconforto em tratar o assunto novamente, sendo necessário estabelecer um contato mais formal. Ao longo da conversa, no entanto, as relações foram ficando mais amistosas e, em algumas situações, toda família se sentou à mesa para conversar e tomar café, ocasião em que se falou abertamente sobre o tema da violência sofrida pela entrevistada.

³ O patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder. É também uma forma de poder. Ele é como uma coisa, uma geringonça feita de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade. O feminismo é o contra dispositivo, uma espécie de agulha que fura essa bolha, capaz de modificar tanto a microfísica quanto a macroestrutura da sociedade que foi alicerçada no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres. (TIBURI, 2018, p. 40-41).

O pai de uma das mulheres chegou a sentar ao meu lado no sofá e passou a relatar o ocorrido com sua filha na noite em que o ex-namorado a agrediu com um golpe de faca, desferido nas costas dela, em plena via pública, contou ainda que estava ao lado da filha quando a agressão ocorreu e que foi ele juntamente com um irmão que prestaram socorro à vítima. E acrescentou que não sabia o que teria acontecido se ela estivesse sozinha com ele.

Foi possível perceber entre as entrevistadas um verdadeiro alívio pelo fato de a relação ter chegado ao fim, elas afirmavam a necessidade de sair daquela relação de conflito constante, mesmo que em algumas situações a denúncia ter sido feita devido à intervenção da família ou de um amigo, ou como no caso da entrevistada M9, socorrida por policiais militares. A entrevistada M9 relatou na Delegacia que estava em um bar com amigos quando seu companheiro chegou e passou a agredi-la com socos e chutes. Porém, devido ao estado alterado do ex-companheiro as pessoas que estavam no bar nada fizeram para ajudá-la e se não fossem os policiais terem chegado naquele momento, ela poderia ter morrido.

Ela relatou ainda que vinha tentando terminar o relacionamento, pois seu companheiro estava desempregado e passava o dia embriagado e quando chegava em casa passava a agredi-la e que, por muitas vezes, procurava abrigo na casa da mãe. No dia em que foi entrevistada, contou que estava em outro relacionamento e que o ex-companheiro depois que saiu da prisão nunca mais a procurou e que agora ela estava em paz e feliz.

Outra história que nos chamou a atenção foi da entrevistada M2, agredida pelo ex-companheiro porque estava conversando com um amigo em uma lanchonete. Ela frisou que o relacionamento havia terminado fazia um mês e mesmo assim ele continuava a procurando. Na ocasião da agressão, ela conta que foi arrastada pelos cabelos e agredida com socos em via pública e que havia várias pessoas próximas ao local e que nada fizeram. Na entrevista, ela relata que após ir ao hospital da cidade para ser atendida, foi prestar queixa na Delegacia, mas só foi possível fazer o boletim de ocorrência no outro dia, pois a Delegacia já havia encerrado o expediente.

Um ano após o fato, a entrevistada M2 conta que voltou a se relacionar com o ex-companheiro, mas não retirou a queixa e quando foi ouvida pelo Juiz da Vara Criminal de Apodi/RN afirmou que iria até o final do processo. Quando perguntei sobre a prisão do companheiro, ela respondeu: “foi ele quem procurou isso”. Ao final da entrevista, ela falou: “eu gosto dele, mas se eu retirasse a queixa ele iria fazer novamente, e o juiz ia achar que eu estava mentindo, e eu não sou uma mulher de mentir. Ele que se vire agora pra resolver o problema dele na justiça”.

As histórias descritas trazem à pesquisa a importância do relato das experiências individuais das mulheres de modo a se poder contrapor com o depoimento dos homens. É importante compreender as personagens e as cenas onde os fatos ocorreram, pois não se pode cometer o erro de considerar a violência de gênero como via de mão única, da generalidade, pois é “na pluralidade que estão as preciosas significações” (OSTERNE, 2006, p. 181), e é na pluralidade revelada na individualidade das histórias que se encontra

a possibilidade de transformações na estrutura social. Estas histórias de vida são um documento que são por si só um aspecto que não se pode negligenciar em busca de generalizações (PATAI, 2010).

Cada mulher entrevistada, a sua maneira, com sua narrativa de vida, consegue produzir e reproduzir as dimensões culturais, sociais e até mesmo políticas e econômicas que, uma vez adquiridas e vividas no mundo social, são rompidas e transformadas pela dinâmica de produção e reprodução da estrutura social onde é estabelecido o *habitus* que ajuda a moldar as práticas sociais atuais e futuras, funcionando como o elo, entre o presente, passado e futuro, entre o coletivo e o individual, entre o objetivo e o subjetivo, transcendendo a dicotomia entre estrutura e ação, esclarece Maton (2018).

As duas próximas questões foram elaboradas com o objetivo de compreender as dinâmicas existentes entre o casal, bem como as dinâmicas presentes no contexto familiar. Ambas propõem conhecer o histórico de violência sofrido seja pelas mulheres, seja por seus parentes. Essas duas questões complementam a análise realizada a partir da primeira questão e dos DSCs construídos com base na fala das entrevistadas.

Questão 2: *Foi a primeira vez que ocorreu este fato? Caso já tenha ocorrido antes, quando aconteceu e quantas vezes?*

Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A

Ele bateu em mim várias vezes, com socos e murros. Eu me escondia na casa da minha mãe. Ele vivia me ameaçando e quebrava as coisas em casa. Era ciumento, ficava muito alterado. Não foi a primeira vez que ele me agrediu chegou o dia e tive que ir para Delegacia, foi o jeito fazer, né. Ou eu fazia a denúncia ou ele fazia um “desmantelo” maior comigo. Ele era muito ciumento e a gente vivia brigando. Era um tormento. **DSC, estruturado através dos depoimentos: M2, M3, M4, M6, M8, M9, MA1.**

Questão 3: *Houve casos de violência contra mulher na sua família? Com quem?*

Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A

Meu pai agrediu minha mãe várias vezes por causa da bebida. Todo dia ele bebia cachaça aquele homem. Morreu de câncer. Era uma vida atormentada naquela casa, eu presenciei várias brigas. Já houve casos de agressão na família com minha mãe e tias, mas elas não foram fazer a denúncia. **DSC, estruturado através dos depoimentos: M2, M3, M8.**

Em continuidade à apresentação dos resultados das entrevistas com as mulheres, é necessário retornar aos elementos presentes nas três categorias da primeira questão que são a bebida alcoólica e a agressão (lesão corporal) e o ciúme. Na questão 2, a violência causada pelo ciúme se estende ao patrimônio. Na questão 3, verificou-se que essas mulheres, muitas vezes, já têm a presença de violência na sua formação familiar, uma vez que já vêm de lares em que as mães foram agredidas pelos pais e elas quando crianças passaram a naturalizar essa violência.

Quando se fala de lesão corporal, os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública em 2018 mostram que foram registrados mais de 600 casos de lesão corporal por dia no país, sendo este o crime prevalente contra as mulheres. Com as mulheres entrevistadas em Apodi/RN não é diferente, sete entre os dez processos analisados foram registrados como o crime de lesão corporal, sendo os outros três, situações de ameaça.

As respostas atribuídas à questão dois demonstram que a maioria das mulheres já vinham sendo vítimas de situações de violência. Mesmo resultado para a questão três, em que sete das dez mulheres entrevistadas informaram que suas mães haviam passado por situações de violência com seus companheiros.

A primeira vez que tive contato com a M5, percebi como pode ser fácil manter uma mulher em situação de violência. Ao chegar na Delegacia, M5 caminhava com dificuldade. Com parte do corpo paralisado devido um AVC sofrido quando tinha vinte e cinco anos, ela conta que vinha sendo ameaçada pelo ex-companheiro que mesmo depois de separados continuava a procurando, insistindo que ela voltasse para ele, ocasião em que ele fazia as ameaças contra ela. A entrevistada M5 disse que nunca foi agredida fisicamente por seu ex-companheiro, mas que vivia com medo dele fazer algo grave contra ela, pois era descontrolado, principalmente quando bebia.

Quando estive na casa da entrevistada M5 a encontrei ainda mais debilitada, pois fazia alguns meses que ela havia sofrido outro AVC. Ela me recebeu muito animada e conversamos na cozinha enquanto ela preparava um café. Durante a entrevista, ela contou que precisava sair daquela situação, pois o ex-companheiro queria mantê-la em casa como uma empregada e vivia farreando nas festas com os amigos e ficava com outras mulheres. Ela disse que aproveitou um dia que ele não estava em casa, pegou o filho e foi morar com os pais. Quando seu ex-companheiro voltou para casa e não a encontrou, foi procurá-la, relatando a entrevistada M5 que ele passou a ameaçá-la de morte na frente da família dela e que chegou a pegar uma “foice” para tentar agredir seu pai e irmão. Ela disse: “agora a senhora imagine, eu nesse estado tentando fugir dele, com certeza ele ia me matar”. Morando com um filho de sete anos, a entrevistada contou que prefere não ter qualquer contato com o ex-companheiro e que quando sai de casa está sempre acompanhada do filho, pois tem medo de encontrar o ex-companheiro e que ele tente agredi-la.

O discurso da entrevistada M5 é inspirador, pois representa um processo emancipatório (GREGORI, 2012) que não tem mais volta, e soa em alto e bom som como um grito de mudança, revelando que a interiorização da dominação sofrida pelas mulheres vem sendo decomposta e que não é natural que as mulheres se mantenham no espaço da opressão e da submissão.

Podemos estar falando de um processo de transformação de consciência que se estabelece na vida prática em ações como sair de casa para romper com o ciclo da violência, representando, assim, a força transformadora dos desejos, das motivações e das práticas de pessoas reais no processo social.

O que não significa dizer, segundo Ortner (2008), que a entrevistada M5, assim como as demais mulheres entrevistadas tenham metas conscientes mantidas enquanto desenvolvem suas atividades, mas diz, sobretudo, que todos os seres humanos têm a capacidade de agência que assume formas específicas em diferentes tempos e lugares. Agência é a capacidade de afetar as coisas (ORTNER, 2008) e está equiparada à ideia de resistência e que revela uma dimensão de como o poder e a dominação operam nos sistemas sociais que, incorporados pelas estruturas sociais, reforçam as desigualdades de gênero e alimentam as diferenças constitutivas do masculino e do feminino, presentes em todas as culturas e sociedades, culminando em situações de violência e coerção.

No contexto das relações de gênero “o poder atua como uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência” (ORTNER, 2008, p. 58). De modo que quando uma mulher decide sair de casa e prestar queixa contra o companheiro, ela está rompendo com as estruturas de poder e dominação que operam na sociedade. Mesmo em virtude de coisas ruins que lhes aconteceram, as mulheres tomaram a iniciativa das ações para mudar suas vidas.

Para Saffioti (1994), essa mudança do comportamento feminino é um fator desencadeador da capacidade socialmente legitimada de os homens converterem a agressividade em agressão, o que não deve constituir a razão da violência contra as mulheres. Porém, ajuda a compreender como a violência do homem macho é constitutiva na organização social de gênero no Brasil, dando à violência de gênero um caráter quase rotineiro com status de patrimônio cultural, gestada pelo ordenamento patriarcal (SAFFIOTI, 1994).

Agindo individualmente cada mulher acaba por influenciar outras mulheres a tomarem o controle sobre os acontecimentos das suas vidas e o advento da Lei Maria da Penha, juntamente com a criação de órgãos que dão suporte às mulheres em situação de violência, atendem aquelas que não conseguem agir sozinhas e que precisam de apoio de familiares, amigos e do Estado, formando-se uma teia de relações de afeto, solidariedade e justiça.

Por fim, ao unir os discursos e histórias através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), foi possível conhecer os parâmetros que atuam na construção do gênero, e revelam que as culturas não têm um modelo único de gênero, sendo necessário considerar a multiplicidade dos discursos e as diferentes formas e relações de gênero. Reunidas as falas das entrevistadas na forma de DSC foi possível ver claramente similaridades nessas situações apresentadas pelos fatos vivenciados por essas mulheres de Apodi/RN.

Através das histórias dos homens e de mulheres em situação de violência aqui apresentadas, foi possível compreender, sobretudo, que o discurso dessas sujeitas traduz além das lutas e dos sistemas de dominação, algo pelo que se luta (FOUCAULT, 2014). Ao analisar esses casos apresentados, pode-se verificar a resistência dessas mulheres, e a luta pela superação dessa condição de violência vivenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado pela pesquisa realizada com mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Apodi/RN, e a partir dos estudos sobre gênero, a pesquisa levou à reflexão sobre os processos de construção das identidades de gênero, partindo da compreensão das diferenças sociais que criam hierarquias, e dão significados às relações de poder como um organismo em que feminino e masculino são estabelecidos não apenas como marcações, mas principalmente como constituições subjetivas.

É possível concluir que a prática da violência nas relações de gênero é como “um jogo”, no entanto, as regras deste jogo precisam garantir a homens e mulheres as mesmas probabilidades no exercício do poder, na aquisição das habilidades como cidadãos e como seres humanos. Enquanto estas relações estiverem marcadas pela hierarquia e não pela homogeneidade nas categorias de gênero, o combate à violência contra as mulheres será apenas um conjunto de tentativas parcialmente bem-sucedidas, nunca plenamente atingidas.

Agindo individualmente cada mulher acaba por influenciar outras mulheres a tomarem o controle sobre os acontecimentos das suas vidas e o advento da LMP, juntamente com a criação de órgãos que dão suporte às mulheres em situação de violência, atendem aquelas que não conseguem agir sozinhas e que precisam de apoio de familiares, amigos e do Estado, formando-se uma teia de relações de afeto, solidariedade e justiça.

Por fim, ao unir os discursos e histórias através do DSC, foi possível conhecer os parâmetros que atuam na construção do gênero, e revela que as culturas não têm um modelo único de gênero, sendo necessário considerar a multiplicidade dos discursos e as diferentes formas e relações de gênero.

Os discursos dominantes de gênero que atuam nas relações de poder compõem os elementos que legitimam e naturalizam a violência de gênero, de maneira que é necessário ampliar a reflexão quanto às práticas e representações sociais que atuam na construção desses discursos, uma vez que estes discursos se reproduzem historicamente nas relações sociais e nas instituições, promovendo relações de dominação que favorecem os homens e mantêm as mulheres em condição de vulnerabilidade e violência.

Homens e mulheres são capazes de resistir aos padrões impostos socialmente, à medida em que procuram agir conscientes das possibilidades de interferir no meio de sua ação, orientando-se por práticas do cuidado de si como um modo de vida, onde são capazes de refletir e criar novos caminhos reestruturando o próprio *habitus*, que pode gerar novas práticas e representações sociais e a transformação na vida dessas mulheres e na vida de seus filhos e filhas.

A pesquisa apresentou um reflexo da sociedade em que vivemos. Uma sociedade que procura resolver os conflitos por meio da violência, tanto na esfera institucional quanto na esfera pessoal. Por esse motivo, é urgente falarmos sobre a implementação de políticas públicas para homens, visando o combate e enfrentamento à violência de gênero, sabendo que não será o fim da violência e sim mais uma importante ferramenta em busca de uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Anna Christina Freire. **Lei Maria da Penha**: da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, UFRN, Natal, 2014.
- BEZERRA, Tiago S.; FORTES, Lore. **O simbolismo do Morro do Careca**. Natal: EDUFRN, 2018.
- BOURDIEU, P. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- FONSECA, Arlindo Martins. **Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil**. São Paulo: Revista Saúde Pública, 2009, p. 743-749.
- FRAGOSA, Vani. **Violência doméstica contra a mulher**: da invisibilidade à luta pela superação. Natal: Offset Editora, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 2012.
- LEFEVRE, A. M. C.; LEVEFRE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo**: uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Editora EDUC, 2010.
- LEFEVRE, A. M. C.; LEVEFRE, Fernando. O sujeito coletivo que fala. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.10, n. 20, p. 517-524, 2006.
- MATON, Karl. Habitus. *In*: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.
- MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.14, 2000.
- ORTNER, B. Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre agência. *In*: 25ª Reunião Brasileira de Antropólogos. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 2008, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Nova Letra, 2008.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Violência contra a mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 8, 2006.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência e assédio: violência de gênero no Brasil atual. **Estudos feministas**. São Paulo, ano 2, 1994.

SILVA, Arkley Xênia Souza da. **A mediação no campo jurídico**: arte e técnica como alternativa à resolução dos conflitos familiares. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.